

As Diásporas Africanas: encontros e reencontros aos desafios da África que esperamos

The African Diasporas: encounters and reunions to the challenges of the Africa that we hope

Las Diásporas africanas: encuentros y reencuentros de África que esperamos

João Baptista de Jovita 

Universidade Lusíada de Angola, Luanda, Angola
jovitaj78@gmail.com

Recebido em 15 de abril de 2024

Aprovado em 11 de setembro de 2024

Publicado em 17 de outubro de 2024

RESUMO

Na história da humanidade, a África contribuiu de forma decisiva na formação das sociedades, manutenção e revolução de culturas e invenções diversas, dentro e fora do seu espaço territorial, através de suas diásporas. Entretanto, é notória a marginalização e o empobrecimento propositado em todas as escalas e contextos. Ao contrário do que ocorreu na África pós-independências, o contexto da educação brasileira sinalizou positivamente quando instituiu a Lei 10.639/03, instrumento indispensável para o ensino da história da África e da cultura afrobrasileira, que completa 20 anos. O artigo se propõe a uma pesquisa qualitativa e bibliográfica para analisar as contribuições intelectuais à luz do nacionalismo africano, durante as independências, refletir os seus impactos e os desafios que transcorrem a África e suas diásporas na combinação e revitalização de instituições que garantam suas soberanias e projeção internacional. Os exemplos que confirmam a contribuição africana na arte, ciência e tecnologia se somam aos desafios inerentes à contemporaneidade que se traduzem em revoluções e crises diversas, bem como a fuga em massa de cérebros. Sob espectro, eis a reflexão sobre a África que esperamos.

Palavras-chave: Diásporas africanas; Desafios da África; Encontros e Reencontros.

ABSTRACT

In the history of humanity, Africa contributed decisively to the formation of societies, maintenance and revolution of diverse cultures and inventions, inside and outside its territorial space, through its diasporas. However, deliberate marginalization and

impoverishment are notorious in all scales and contexts. Contrary to what happened in post-independence Africa, the context of Brazilian education signaled positively when it instituted Law 10.639/03, an indispensable instrument for teaching the history of Africa and Afro-Brazilian culture, which is celebrating its 20th anniversary. The article proposes qualitative and bibliographical research; to analyze the intellectual contributions in the light of African nationalism, during independence, reflect on its impacts and the challenges facing Africa and its diasporas in the combination and revitalization of institutions that guarantee their sovereignties and international projection. The examples that confirm the African contribution to art, science and technology add to the challenges inherent to contemporary times that translate into revolutions, various crises and mass brain drain. Under spectrum, here is the reflection on Africa that we hope for.

Keywords: African diasporas; Africa challenges; Encounters and Reunions.

RESUMEN

En la historia de la humanidad, África contribuyó decisivamente a la formación de sociedades, mantenimiento y revolución de diversas culturas e inventos, dentro y fuera de su espacio territorial, a través de sus diásporas. Sin embargo, la marginación y el empobrecimiento intencionado son notorios en todas las escalas y contextos. Al contrario de lo que ocurrió en África después de la independencia, el contexto de la educación brasileña dio señales positivas cuando instituyó la Ley 10.639/03, instrumento indispensable para la enseñanza de la historia de África y de la cultura afrobrasileña, que celebra su 20º aniversario. El artículo propone una investigación cualitativa y bibliográfica, para analizar los aportes intelectuales a la luz del nacionalismo africano, durante la independencia, reflejando sus impactos y los desafíos que África y sus diásporas enfrentan en la combinación y revitalización de instituciones que garanticen su soberanía y proyección internacional. Los ejemplos que confirman la contribución africana al arte, la ciencia y la tecnología se suman a los desafíos inherentes a la época contemporánea que se traducen en diversas revoluciones y crisis, así como en la fuga masiva de cerebros. Bajo el espectro, aquí está la reflexión sobre África que esperamos.

Palabras clave: Diásporas africanas; Los desafíos de África; Encuentros y Reencuentros.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir e repensar as soberanias africanas, cujas ausências assolam o sentido real e o desenvolvimento das sociedades africanas nas diversas organizações, desde mais restritas (aldeias e povoações) às extensas e civilmente institucionalizadas com o pacto eurocêntrico¹ colonial e pós-colonial.

Analisar a contribuição diaspórica na construção e manutenção das soberanias africanas é de suma importância, fazendo referência a Fonon (1997, p. 6), “há ainda povos subjugados que adquirem falsa independência cujo legado na arte e na ciência, embora conhecido, segue marginalizado ao longo da história da humanidade”.

Pensar e falar da África constitui-se de suma importância, pois sua sobrevivência e de seus povos não se limita aos que nela vivem, mas aos que de alguma forma e razão, dentro e fora dele, contribuem de forma sofisticada para a sobrevivência material e imaterial das memórias e soberanias africanas, muito sonhadas desde suas diásporas, e nunca alcançadas.

O tema apresenta relevância científica e social, sendo oportuno trazer discussão referente à África e suas diásporas, visto que o Brasil, na base de suas políticas públicas, garante através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instrumentos como a Lei 10.639/03 e 11.645/08, espaços institucionalmente adequados para discutir e ensinar o real contexto africano, diferente, ou difundido, muitas vezes, de formas equivocadas por grande maioria da grande mídia.

Entende-se que o acesso e o ensino da história africana e da cultura afro-brasileira é, em certa medida, relegada e até mesmo distorcida pela própria academia, cumpre o dever aos intelectuais, de maneira real, possibilitar a ampliação da visão de mundo das novas gerações que diariamente lidam com tais realidades nas escolas e outros espaços sociais.

Por longos períodos, a história da humanidade testemunhou que a África, além de berço, cumpre e cumpriu particular e importante papel de destino e centro das grandes diásporas provenientes das civilizações: mesopotâmicas, indo-chinesas, mediterrâneas, entre outras, que da África buscaram prosperidade e realização

cultural, técnica e tecnológica, política e econômica. O propósito inicial era mantido de forma pacífico e inclusivo, ou seja, a relação entre europeus e africanos seria construída na base da reciprocidade. Condição incumprida pelos navegadores e exploradores cristãos europeus, implicando sobremaneira a história da África e da Humanidade, em geral, perdurando na atualidade.

Fanon (1997) advertiu que a presença europeia implicava a plena materialização das soberanias africanas, principalmente do ponto de vista econômico e espiritual. E de forma intencional, os interesses civilizatórios europeus não só passaram pelo continente, bem como se reproduzem nas diversas escalas e permanecem na condição recolonizadora das principais instituições desses Estados.

As sociedades africanas, outrora soberanas, perderam-nas, uma vez iniciada a expansão marítima europeia desde 1415 e.c., tendo contornado e explorado a África e outras localidades do mundo, cujo o ano de 1500 e.c. se constitui a base catastrófica das diásporas africanas nas Américas e no resto do mundo.

Os processos abolicionistas, apesar da intenção de repor as normalidades das bases africanas, não só deixou de resolver o essencial, mas também aprofundou as desigualdades sociais, historicamente consentidas e institucionalizadas, dentro e fora do continente, por aqueles que até o momento nada fazem, ou pouco se fez, para a reparação institucional² das soberanias africanas.

Na avaliação de Wasseling (2008), a Conferência de Berlim de 1884-1885 não só deslocou o problema real das diásporas africanas, como aprofundou as crises e instituições que dela emergiam ou já consolidadas. Para Olic (2004), o pano de fundo de todo percursos na tentativa da reposição institucional é reivindicada por forças, e na base cultural que visivelmente é perceptível e discutível.

As Américas sempre se firmaram no espaço privilegiado³ das revoluções africanas na busca de suas liberdades e na instauração de suas soberanias através de mecanismos claros e consistentes em favor da reparação histórica e a reposição institucional de suas sociedades.

O contexto atual em África vislumbra futuros sombrios e ameaçados pela crescente fuga de cérebros que abandonam o continente e se deslocam para outras

localidades do mundo, em particular, a Europa, onde também sua maioria sofre exclusão social em razão de sua origem e cultura.

Os desafios que incorrem ao continente e suas diásporas são muitos, parcialmente, e em forma de síntese, apresentamos parte daqueles que podemos captar para a nossa reflexão.

Método

Convém salientar que a escrita é de cunho metodológico qualitativo de caráter bibliográfico. Entende-se que a pesquisa científica traduz em parte, ou no todo, a necessidade de aproximar teorias e práticas, isto é, não apenas a produção do conhecimento em si, mas sim a pertinência prática e social do que é resultante. Ou seja, a pesquisa implica na aproximação de práticas significativas e inclusivas (Silva *et al.*, 2023, p. 29).

A escolha e as adequações do tema são de natureza qualitativa⁴ e bibliográfica, da qual Gil (2002, p. 44) sugere que a mesma é: “...desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O estudo aqui proposto não traz uma seleção específica, mas reuniu livros, textos de jornais, mídia digital de conferências, debates e artigos científicos pertinentes ao tema.

Contextualização: África e Diásporas Africanas

Cronologicamente, o termo “culturas afrodiaspóricas” é compreendido como sendo um código e símbolo cultural que se expandiu no mundo por meio da diáspora, ou seja, através da migração forçada dos povos africanos. Em muitos casos, parece que os debates sobre os estudos das diásporas e culturas afrodiaspóricas já tenha se esgotado. Entretanto, o certo é que as verdades produzidas e enterradas por vergonha histórica das culturas ocidentais com ênfase a Europa renascentista, que muito se denominou como sendo hegemônica entre os séculos XV e XX, remetem a reflexões e reavaliações de verdades, além das impostas, mas que também se estabelecem como sendo únicas e absolutas.

A base histórica remonta que a demanda da Europa por especiarias provenientes do Oriente até o século XV, obrigou aos europeus a se lançarem numa grande aventura ao encontro de outros povos do mundo, onde muitos deles socialmente já estabelecidos e de civilizações mais avançadas do ponto de vista da ciência da técnica e tecnologia⁵. Entre os arranjos, o continente africano foi vítima intransferível das aspirações europeias, que além de especiarias e alimentos do Oriente, buscavam também riquezas desprovidas em quase toda a Europa e abundante na África, Ásia e nas Américas.

Os contatos que garantiram a base da navegação marítima (expansão marítima) que ligou o mundo ao longo das expedições proporcionadas pela península ibérica, apenas resolveu o problema europeu, mas multiplicou o pesadelo histórico dos povos africanos, que depois de intensificada a necessidade da sua mão de obra, o africano forçado foi desterrado⁶ e reduzido em diáspora indesejável do ponto de vista de emancipação social, contudo, cobiçado para produzir rendimento às sociedades que muito dependeram para que pudessem valer-se de todos os ganhos institucionais que hoje podem se orgulhar.

As teorias teológicas difundidas durante a época renascentista (*belle époque*), pela igreja, invocam e deslocam o lugar social do africano na categoria mais desprezível das sociedades estabelecidas nos seus tempos. Tal condição não impediu, apesar de toda desconstrução imposta, mas as diásporas africanas não só mantiveram as bases de suas origens, as consolidaram, lembraram e libertaram aqueles que durante os desterramentos foram deixados para trás sem condição de defesa e produção em seus contextos.

De forma geral, o continente até os dias atuais exerce grande influência na manutenção do poder mundial por conta da sua geografia e a disponibilidade de suas potencialidades em recursos naturais. As duas grandes regiões são a África Branca, ou do Norte, e a África Negra, ou Subsaariana (sul do Saara), que durante os últimos séculos, ganharam uma grande importância para os europeus, no arranjo geopolítico mundial desde os séculos XV.

O continente se inseriu na dinâmica e na lógica do comércio à escala mundial, com um papel insubstituível no comércio transatlântico ou comércio triangular.

As avaliações de Griné *et al.* (2007) e Machado (2012) destacam que o aumento na demanda por matérias-primas, dada pela contínua crescente urbanização, demográfica e dos custos das guerras europeias, com as independências dos EUA (1776), do Brasil (1822-1825) e, em geral, da América Latina, trouxe como consequência a perda de territórios no continente americano pelos europeus. Transferindo tal papel dos antigos territórios, podendo reprojeter como novas zonas de influência no continente africano na sua totalidade.

A importância estratégica não se reverteu de ganhos aos africanos, muito pelo contrário, se traduziu em colonização e exploração conforme se seguiu após a Conferência de Berlim de 1884-1885, instrumento crucial na redefinição das fronteiras e dominação total da África litoral e continental (Keyta, 2008).

Diversas foram as lutas ao longo das resistências colonial e pós-colonial, a situação não confortou nem restaurou a base das aspirações dos africanos de cá, e dos africanos que estiveram por lá, mas que permanentemente lutaram para restaurar as bases de cá. A institucionalização imperialista e sua dominação do continente pela Europa foi uma dos maiores desafios e tem sido até aqui a pior herança que um povo poderia esperar. As diásporas e as culturas diaspóricas vislumbraram caminhos e estruturas que viessem a impactar as lutas locais e desenraizar os processos dos povos nas mesmas condições (Machado, 2012).

Desafios e Seguranças Institucionais

As contribuições práticas resultantes de africanos e suas diásporas, embora de grande utilidade em cada canto do mundo, os benefícios para África apenas se espelham nos livros de história e daqueles que buscam de alguma forma encontrar explicação objectiva sobre o lugar da África no mundo.

Olhar para o continente hoje presume-se no fracasso total propositado, o fato é que a África como toda, em particular a subsaariana, enfrenta uma complexidade de problemas que o sonho das independências não resolveu. O ambiente econômico, político, militar e da segurança alimentar só veio a piorar durante a pandemia do

Covid-19 e com a intensificação dos conflitos que assolam a segurança internacional, onde o continente é vítima antes, durante e depois de suas independências.

Ou seja, quanto mais os governos africanos tentam se livrar das externalidades, mais agudizam suas internalidades. Infelizmente, é uma situação de vai e vem sem fim, ficando ruim com elas e pior sem elas. A sua lenta recuperação da pandemia do Covid-19, aumento nos preços dos alimentos, da energia e níveis elevados de dívida pública (Africa Center, 2019).

A fuga em massa dos escassos recursos humanos para Europa, e em outras regiões do mundo, que apesar de também enfrentarem convulsões socioeconômicas, ainda assim oferecem melhores condições que o continente africano, se somam aos desafios que a África e as diásporas africanas se propõem à reflexão sobre que África esperamos.

Os desafios institucionais e interinstitucionais são inúmeros, os níveis de insegurança, individuais e coletivos, são cada vez piores, onde o estudo conduzido pela *Africa Center*, em 2018, constatou que a violência e os crimes sem a pronta resposta dos Estados são cada vez maiores nas áreas urbanas, embora em alguns países afetem as regiões suburbanas e rurais, o fato é que as mesmas também são cada vez mais afetadas dia após dia.

Os desafios se observam e se reproduzem para a necessidade de rápidas intervenções multiníveis, os esforços isolados dos Estados que geralmente, se constata insignificantes, ou pela desonestidade e falta de transparência pública, ou pela insuficiência de recursos técnicos e tecnológico, financeiros e humanos, têm vindo a implicar impactando negativamente dadas as alterações climáticas e a situação de segurança no Sahel, a necessidade da boa governação no sentido real que se almeja tem se tornado cada vez urgente.

Os *desafios* de segurança alimentar e nutricional são multifacéticos, assim sendo, urge a necessidade de se instituir estruturas de apoio à produção local de alimentos que propiciem as bases institucionais coordenadas e elaboradas (PAM, 2022).

Desafios da Construção do Estado é a África que Pensamos?

Os estudos de caráter generalizante comumente que se veem encarregados de explicar a África, se tornam cada vez ineficientes dadas as complexidades que se fazem dos Estados contemporâneos africanos. Na avaliação de Keita (2008), importa ir além e debater as diversidades geopolíticas, históricas, socio-antropológicas e econômicas que fizeram e fazem o continente em sua trajetória.

Ou seja, o conveniente é cada vez se pensar na desconstrução da permanência historicamente institucionalizada e mantida pela Europa? Até que ponto importa aos africanos? E quais africanos importa? Em quais condições os africanos daqui e os de lá⁷ aguardam para a África? Observe-se que, logo após as independências, os novos Estados não só foram mantidos na concepção eurocêntrica como também foram absorvidos e incorporados ao jogo dos interesses das grandes potências.

O cerne ideológico que implicou as aspirações de grande parte das independências desses novos Estados, já não se fazem presentes nas atuais configurações geopolíticas mundiais, mas suas consequências continuam a embater qualquer possibilidade de desenvolvimento ou institucionalidade mínima necessária dessas soberanias francamente questionáveis.

Intrigado diante do jogo dos interesses das grandes potências em relação ao continente, a neutralidade, embora frustrada, o então primeiro-ministro congolês (1960) - *Patrice Lumumba* - entendia que fosse objetiva a posição dos africanos daqui, e os de lá “para nós, não há bloco ocidental ou bloco comunista, mas nações, que em função do seu posicionamento com África nos ditarão a nossa atitude” (N’ganga, 2008).

Respectivamente, Westad (2019, p. 9-10, 39, 49) ressalta que a grande conjuntura da Guerra Fria, em sua vertente estratégica e de disputas ideológicas, apresenta-se como elemento essencial em tais reflexões.

A avaliação de Jovita (2022, p. 14) lembra que os caminhos seguidos pelas sociedades africanas, entretanto, bem como as alianças celebradas dentro de tais embates bipolares, nem sempre foram claros ou constantes, demandando análises mais profundas de suas experiências nas relações internacionais contemporâneas.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644487453>

De fato, apesar da bipolarização instituída no cenário internacional, faz-se importante considerar adicionalmente, por exemplo, o lugar e as oportunidades criadas pelo Movimento dos Não-Alinhados. Conforme ressaltado no discurso de Patrice Lumumba, então primeiro-ministro congolês, na abertura da Cimeira Pan-africana de Ministros de Negócios Estrangeiros em 25 de agosto de 1960:

Para nós, não há bloco ocidental ou comunista, mas nações, que função do seu posicionamento com África nos ditarão a nossa atitude. Foi por isto, que optamos pela política do neutralismo positivo, a única política válida, que nos permite afirmar nossa personalidade e a dignidade humana (N'ganga, 2008, p. 87).

As evoluções e nuances foram tão complexas nesses contextos, que mesmo tais variações não alinhadas, supostamente vantajosas para os africanos, sofreram reveses e descontinuidades nas principais frentes do nacionalismo africano. Assim, por exemplo, desde cedo, manifestou-se Gadafi quando decorria a 8ª Conferência dos Não-Alinhados em Harare – Zimbábue: “Eu proponho o fim do Movimento dos Países Não-Alinhados, que já não têm qualquer finalidade prática para os povos africanos”.

A posição de Gadafi não se isola a demais nacionalistas de sua época, pois o mesmo procede de Amílcar Cabral, líder do movimento independentista da Guiné-Bissau e Cabo Verde, quando partilha sua posição sobre que África esperamos, para o nacionalista importava sobre:

(...) O que quer um homem africano é ter e nós sitiamos a própria instituição política e social... Mas nós chamamos isso independência, quer dizer a soberania total do nosso povo no plano nacional e internacional, para ele mesmo, a custa do seu próprio esforço e sacrifício, marchando com seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça ao progresso a que tem direito, como todos os povos do mundo (Cabral, 1974 *apud* Sucuma, 2013, p. 19).

Se o eixo estruturante comum nessa conjuntura foi a de uma relação dialógica central na evolução das realidades locais, regionais e mundiais nas quais as sociedades africanas se manifestavam ou se inseriam (Schmidt, 2013).

Os contextos implicavam a adoção de mecanismos defensivos que afastasse qualquer tentativa de domínio direto da antiga colônia, o erro talvez tenha vindo dessa escolha, visto que a opção de muitos Estados a regimes ditatoriais implicou na

institucionalização efetiva das soberanias estatais, pois os golpes de Estados intensificaram e se alastram a cada década. O continente hoje é vituperado por plena instabilidade política e econômica, as instituições sobrevivem como podem e sobre o que pode ser feito, continua sendo a preocupação daqueles que realmente estão diretamente ligados à África (Visentini, 2012).

As consequências dos anos passados durante a Guerra Fria, e toda realidade implicada sob os termos, acabaram tornando ainda mais intrincada as relações internacionais da África Austral, embora ainda se considere necessário avaliar a importância do peso das ações de lideranças locais que emergiam, na segunda metade do século XX, dos processos de independência, a intenção de institucionalização dos novos Estados no continente também acabou conflituada entre grupos do mesmo Estado (Lumumba, 1962).

Ao nível extrarregional, o contexto das independências foi fundamental em seu período para que tais processos se efetivassem embora tivesse a mediação das Nações Unidas, a pressão das diásporas africanas⁸ que articularam estruturas e mobilizam atenção necessária ao cerne africano de todas as consequências da escravidão consentida e colonização induzida e consentida.

O assalto das instituições por uma pequena elite, com o consentimento do antigo colonizador, se instaurou novos mecanismos e modelos de governar os territórios e povos que até então estivessem livre e independente.

Que África Esperamos?

A economia da escala mundial ligou e beneficiou o mundo em todas as suas dinâmicas e perspectivas, mas prejudicou a África ao desterrar sua maior riqueza, a força de trabalho, a interculturalidade (ciência, tecnologia e inovação) a serviço de outros povos que nem o povo traficado teve algum benefício mínimo direto de tais práticas. Os processos abolicionistas instigados por revoltas daqueles que sempre estiveram na opressão e não foram suficientes, senão, mesmo até pioraram ou modificaram a forma da exclusão daqueles que realmente criaram e desenvolveram a riqueza da atual economia mundial e que hoje foram lançados à própria sorte.

A África esvaziada e a diáspora africana traficada sempre se dedicou a consolidar práticas que institucionalizassem positivamente suas origens, a par dos movimentos de estudantes que muito influenciados por outras diásporas, nas Américas e Europa, os intelectuais nessas diásporas buscaram de forma colaborativa direcionar ganhos positivos nas lutas de independências africanas. Esses esforços se notaram em quase todas as Antilhas/Caribe, nas Américas do Norte e do Sul em particular.

Embora inseridos no tabuleiro político internacional, representados na Divisão Internacional do Trabalho, esse arranjo para o continente africano nunca partiu do próprio africano, muitas vezes desconhecido pelo próprio africano, aliás, sempre esteve e tem estado sob influências e dependências diretas dos *big players* que sempre determinaram o sistema internacional.

Conforme lembrou Hugon (2009, p. 83), os problemas geopolíticos da África nunca estão isolados da própria África, quando parecem ser de exclusiva ordem interna, o fato é que sua origem é efetivamente de ordem externa, os interesses são múltiplos visto que os interesses de muitos líderes locais, sociedade civil e religiosa e grandes multinacionais que operam no continente, por vezes está acima das populações em específico. O enriquecimento das elites pelo acentuado nível de corrupção implicam na transparência e no desenvolvimento (Burgis, 2015).

O empobrecimento das economias africanas é, e tem sido proposital desde período imperial, para subtrair recursos na terra dessas populações, ou com a exploração da mão de obra barata (Machado, 2012).

A avaliação de Glazebrook (2012) adverte que é necessário que a própria África repense o seu lugar no mundo, a refenização poderia ser revertida em ganhos mais substantivos, visto que o Ocidente é que mais depende existencialmente do que extrai da África. O que o Ocidente tira da África, para o autor, é obtido de muitas maneiras, por sua vez, a África serve ao Ocidente muito mais que o contrário, não só pelo saque dos minérios dos países africanos (...).

O autor enfatiza ainda sobre quais arranjos europeus que impactem os preços baixos, em outros termos, exige-se, basicamente, que a África continue subdesenvolvida e pobre; se prosperar, os salários crescem; se desenvolver em

termos tecnológicos, os preços dos recursos se somarão ao valor agregado antes da exportação; e valor agregado tem de ser pago.

A partir do ponto de vista de posicionamento filosófico pan-africanista combinado ao nacionalismo africano, parece inconveniente, dizer que faltou orientação suficiente aos líderes dos movimentos da linha de frente, seja no contexto nacional e internacional, desses países recém-independentes.

O que convenientemente pode se notar é que faltou a sua efetivação, dado ao contexto em que se inseriam. Para isso, é possível afirmar que, não se conseguiu harmonizar o processo de transição colonial e redirecionamento político-ideológico no período pós-colonial, divergindo aos interesses entre os ex-colonizados e os ex-colonizadores. Em outras palavras, pode-se afirmar que o arranjo geopolítico do continente resumiu-se como projeto europeu que permaneceu inalterado, e hoje com todas as implicações inerentes aos processos da construção dos Estados na África.

Os novos líderes, por sua vez, delinearão ideologicamente uma África para os africanos sem combiná-la na sua realidade, ou seja, até certo ponto o jogo político foi mal concebido pelos africanos, tendo isolado o continente para o resto do mundo como também o mundo isolou o continente.

A questão que se segue é, talvez, saber como e quando pode se afirmar com convicção, que o continente foi isolado ou marginalizado do resto do mundo, quando esse cumpre o papel tão importante, na permanência da colonialidade efetivando-se de muitas formas, desde da extração não sustentável de seus recursos naturais, até a exploração da mão de obra e da comemoração das diversas crises de seus habitantes para suprir as demandas mundiais?

Mia Couto (2013), no seu artigo intitulado “À porta da modernidade, debruça-se dos sete sapatos sujos que necessitamos descalçar”, discorre de forma clara e útil ao chamar atenção dos africanos. Na visão do autor, “estes são desonestos em muitas situações quando buscam justificar suas incompetências, para isso, usam sempre o discurso culpabilizante”. De certo, não há distanciamento entre o acadêmico e o político, o teológico e o social etc, ambas realidade se interligam, nenhuma se desvincula da outra.

Autores como Olic (2004), Machado (2012) e Couto (2013) compartilham a lógica da dependência implantada às ex-colônias, na construção do Estado contemporâneo no continente africano que este processo tem causado um declínio tanto ideológico como material/institucional, e por causa de todas essas condicionantes duras e catastróficas impostas indiretamente pelas ex-nações colonizadoras inviabilizam a base das soberanias africanas.

A ideia é que se constitua uma crença permanente que o continente nunca conseguirá por si só, reerguer-se ou conformar Estados politicamente e economicamente firmes, fortes, independentes e desenvolvidos, como se verifica na maioria dos Estados do centro, e não só sem a intervenção sistêmica da própria política mundial (Ianni, 1993).

Wasseling (2008) e Machado (2012) acordam que a existência de uma clara dependência dos demais países africanos, senão mesmo o continente no seu todo perante aos países do Centro.

Na mesma, identifica-se uma grande participação ilícita da uma minoria das elites africanas e dos não-africanas, e como consequências de tudo isso, os erros do passado acabam transbordando e se perpetuando aos nossos dias, ou mais claramente pode-se afirmar que o continente vive uma transferência histórica.

As crises e revoluções da primavera Árabe no norte do continente não foram suficientes em dar resposta nos arranjos que realmente demandam o continente. O fracasso na implementação das instituições democráticas ocidentais na República Democrática do Congo, Centro-Africana e demais regiões do continente falharam e continuam a falhar. Sob todos respaldos institucionais requeridos, nos propomos a refletir sobre que África esperamos?

Comprovada desde da extinção dos reinos e outras formas de organização das sociedades africanas encontradas nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII pelo uso da força que desterrou identidades e sonhos, o continente de forma indireta continua a viver suas crises institucionais que precisam com urgência repensadas para as próximas gerações possam enfrentar os desafios de suas épocas com melhor direcionamentos.

Considerações Finais

Entre os encontros e os reencontros, as diásporas africanas continuam, de certa forma, com responsabilidades acrescidas na institucionalização e instauração de outras formas de organizações sociais capazes de impactar de forma positiva as aspirações de crescimento e desenvolvimento do continente, que apesar de suas potencialidades e sua configuração geoestratégica, o continente continua refém de muitas práticas políticas, militares e econômicas negativas que conseqüentemente implicam qualquer avanço em todas os aspectos da vida das comunidades.

Dos aprendizados que as resistências pré-coloniais, escravagistas e outras formas de dominação que implicou questões raciais e econômicas, têm-se muitas lições para refletir sobre que África esperamos e como esperamos? A propósito que ações presentes são de mais valia para o continente e suas diásporas estão sendo promovidos?

As crises humanitárias permanentes e sucessivas intensificam todos os dias as condições desfavoráveis diaspórica de africanos que buscam complementar aquilo que não se tem e não há perspectivas de criação no continente. As migrações aqui destacadas esvaziam o continente dos poucos cérebros disponíveis e da pouca mão de obra qualificada existente.

Os dias na África estão cada vez mais sombrios, de tal forma que as esperanças se esgotam cada vez. Diante dos atuais contextos que o continente enfrenta, a diáspora sempre teve grande influência, assim sendo, qual reflexão pode ser associada de forma a catapultar o mínimo necessário das soberanias do continente?

Tanto para as diásporas bem como seus residentes, cada dia que se passa no continente cria-se uma situação dual, visto que o pano de fundo tem cada vez revelado, que as independências e seus governos foram criadas com bases muito frágeis incapacidades de responder qualquer ameaça ou potencialidade.

Logo, a permanência dos conflitos, bem como as sucessivas crises humanitárias acabam se traduzindo de eventos propositados, de modos a que se confirme a permanência histórica colonial e imperialista, condição que objetivamente

mantém a dependência dos governos africanos e seus Estados, ainda que soberamente instituídos e constituídos.

Trata-se de permanência histórica no arranjo geopolítico e estratégico mundial, cujo objetivo é pôr fim nas políticas imperialistas (colonização) para manter e aprofundar por outros meios a mesma prática para a África (Harvey, 2004).

A lógica do sistema internacional acaba de certa forma impactando negativamente qualquer avanço institucional dos Estados africanos, visto que a lógica de sua construção europeia e qualquer problema da Europa impacte diretamente o continente africano.

De fato, da África e de suas diásporas esperamos contribuições que mobilizem recursos e estruturas que no médio e longos prazos impulsione o desenvolvimento local e regional do continente, que suas potencialidades se traduza efetivamente em suas capacidades de realização, a tarefa é ardua, contudo, Dioup (1979) adverte que é preciso começar pelo primeiro passo, visto que “o desenvolvimento de qualquer nação, povo e Estado-Nação não é uma corrida olímpica”, mas sim o resultado de seus feitos.

Nas palavras do autor, entende-se que o desenvolvimento dos povos africanos não seria uma situação que deve ser atacada para efeitos de curto prazo, mas também, debates que sucitassem situações mais profundas para o entendimento do arranjo geopolítico e estratégico desses povos.

Santos (2000) enfatiza que a multiplicidade do período histórico atual, ou claramente, o discurso da globalização não serve à realidade dos Estados não hegemônicos, de fato, tal discurso serve de “alicerce para ações de hegemônicas, suas empresas e instituições internacionais” o que na realidade pode se esperar desse arranjo poderia ser quanto para “agravar essa sensação de que agora não há outro futuro senão aquele que nos virá como presente ampliado e não como outra coisa”.

Outros autores como Wight (2002), Olic (2004), Wallerstein (2007), Wasseling (2008), Hugon (2009) e Ki-zerbo (2009) convergem no argumento de que a lógica do sistema-mundo para uns, e da sociedade mundial para outros, não possibilita e nem

favorece a participação das demais nações, com orientações ideológicas já definidas no próprio sistema político e econômico internacional.

Chang (2004) acrescenta que é injusto tentar competir no mesmo pé de igualdade com nações em que as etapas de desenvolvimento que impõem às demais nações não foram as mesmas ultrapassadas por elas, em suma, o sistema é ao mesmo tempo inclusivo e exclusivo.

É possível afirmar também que, tanto questões do sistema-mundo, quanto questões domésticas, questões intra e extrarregionais contribuem, de forma direta e indireta, na permanência do atual arranjo geopolítico e estratégico do continente e suas consequências.

Conforme complementam Olic (2004) e Hugon (2009), a realidade do continente possui uma multiplicidade participativa para se chegar até ao ponto em que se encontra toda a África, e já Reytjens (1999) vai mais além ao mostrar que todos participam nos conflitos e no empobrecimento propositado onde boa parte está ali como forma a perpetuá-lo, por ser tão lucrativo aos seus executores, desde tráfico e pilhagem de recursos naturais, armas, seres humanos e muito mais.

De fato, na avaliação de Reytjens (1999), o único prejudicado, geralmente, são as populações que se tornam deslocados internos, refugiados e em casos mais extremos vítimas, onde os níveis de violência são inimagináveis.

Nesse encontro e reencontro aproveitou avaliar sobre que África esperamos e como esperamos? O certo, mais do que esperar, se pode aferir com ações que impactem em todas as dimensões de formas a garantir as verdadeiras soberanias locais e repensar as propriedades multiníveis africanas desde suas diásporas aos residentes africanos.

Referências

BONIFACE, Pascal. **Atlas das relações internacionais**. Porto: Plátano, 2009.

BULL, Hadley. **A sociedade Anárquica**. Brasília: Editora UnB, 2002.

BURGIS, Tom. **A Pilhagem de África**. Disponível em: <http://www.fnac.pt/A-Pilhagem-de-Africa-Tom-Burgis/a880058>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARVALHO, Leonardo Arquimimo de. **Geopolítica e relações internacionais**. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

CASTRO, J.A. de Araújo. Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento. *In*: Rodrigo Amado (org.). **Araújo Castro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA, Messias Wanderley. **Geografia Política e Geopolítica discursos sobre território e poder**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

COUTO, Mia. **A porta da modernidade, há sete sapatos sujos que precisamos descalçar**. Rio de Janeiro: Por dentro da África, 2013.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FÁBIO, Duarte. **Global e local no mundo contemporâneo integração e conflito em escala global**. São Paulo: Moderna, 1998.

FERRO, Marc. **História das colonizações das conquistas às independências-século XVIII a XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FONSECA JUNIOR, Gelson. **Interesse e a regra: ensaio sobre o multilateralismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados, governo e organização no século XXI**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GLAZEBROOK, Dan. NATO's Libya blitzkrieg and the coming colonial wars. **Morning Star**. Reino Unido. 07 jun. 2012.

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

GORDON, King. **As nações unidas no Congo em busca da paz**. Rio de Janeiro: Bloch, 1965.

GRINÉ, Euclides *et al.* **História do século XX**. Lisboa: Texto editora, 2007.

HAESBAERT, R. **A nova (des) ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia** – Ano. 1 – N. 1 – 1999.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOCHSCHILD, Adam. **Ofantasma do rei Leopoldo, uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

HUGON, Phellipe. **Geopolítica da África**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HUTINGTON, H. Samuel. **Choque das civilizações e a Recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

JACKSON, Robert H.; SORENSEN, George. **Introdução às relações Internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar. 2007.

KEITA, B. Namory. **Cheikh Anta Dioup: contribuição endógena para a escrita da história do continente, ensaio e reflexão sobre uma obra**. Luanda: N'zila, 2008.

KEYLOR, William R. **A world of Nations: the international History**. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Vol. II. 3. ed. São Paulo: Europa-América, 2000.

LACOSTE, Yves. **Geografia isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MACEDO, A. *et al.* **Operações de Paz da ONU na República Democrática do Congo: Multidimensionalismo no Pós-Guerra Fria para o Alcance da Paz**. Brasília, 2012.

MACHADO, L. **As grandes Potências em Direção aos recursos Naturais Subsaarianos: Participação nos conflitos locais**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MESSIAS, Wanderley. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 9. ed. São Paulo: EdUSP, 2000.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: Editora UnB, 2002.

N´GANGA, João Paulo. **O pai do nacionalismo angolano “ as memórias de Holden Roberto”**. vol. 1. São Paulo: Parma, 2008.

OLIC, Nelson Basic. **África: Terra, Sociedade e Conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.

OLIVEIRA, Livia de. Que é Geografia. **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia: EDUFU, ano 11, n. 21-22, p. 89- 95, jan-dez, 1999.

OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização**. 5ª tiragem. Curitiba: Juruá, 2009.

REY TJENS, Filip. **La guerre des grands lacs: alliances mouvantes et conflit extraterritoriaux en Afrique centrale**. Paris: L´Harmattan, 1999.

ROLAND, Poutier. Le Kivu dans la Guerre : Acteurs et Enjeux, **EchoGéo** [En ligne], Sur le Vif, mis en ligne le 21 janvier 2009. Acesso em: 10 maio 2015.

SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos; LÚCIO, María. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso; 2013. 624 p.

SANTOS, JÁ. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. **Diversidades series**, p. 181-194. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; TOLEDO PINTO, Eliane Aparecida; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A lei nº 10.369/03 e o Epistemicídio: relações e embates. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 43, n.3, p. 949-967, jul/set. 2018.

SHAY, M. **Da Globalização Perversa às Transformações Urbanas: Um ensaio sobre os circuitos produtivos na cidade de Kinshasa (República Democrática do Congo)**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação (mestrado) defendido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Aline Russo da; LUZ, Renata Vanin da, NEGRINI, Tatiane. A identificação de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) no âmbito escolar. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 10, n. 1, p. 27-40, Jan.-Jun., 2023.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e ensino superior na Guiné-Bissau - 1974-2008**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação (mestrado) defendido na Universidade Federal de Pernambuco Recife, 2013.

VALENTINE, Sandrine. Trafficking of Child Soldiers: Expanding the United Nations Convention on the Rights of the Child and its Optional Protocol on the Involvement of Children in Armed Conflict. **New Eng. J. Int'l & Comp. L.**, Vol. 9, nº 1, p. 109-134, 2003.

VISENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu – a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WASSELING, H. L. **Dividir para dominar a partilha de África - 1880-1914**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Revan, 2008.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)

Notas

¹ Condição necessária, segundo Wallestein (2009, p. 13), que sustenta o sistema-mundo da exportação e importação da Europa do seu *modus vivendi* às sociedades encontradas e descontinuadas na África, Ásia e Américas, ou seja, a atual organização mundial é uma herança dos Estados europeus e com todas as suas imperfeições passíveis de se repensar.

² Vale destacar as iniciativas conjuntas dos anos anteriores, que se somam aos do ano de 2024 no âmbito da ONU, onde se busca a possibilidade da constituição de um tribunal envolvendo a Caricom, África e suas diásporas para efetivação do mesmo.

³ A título, vale destacar alguns como William Du Bois, Abadias do Nascimento, Marcus Garvey e amplamente disseminados na África por Kwame Nkrumah e na base do nacionalismo africano Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Patrice Lumumba, Jomo Kenyata, Nelson Mandela, Miriam Makeba, Julius Nyerere, Eduardo Mondlane e vários outros que de forma colaborativa empenharam-se.

⁴ Complementarmente, Sampieri (2013), por exemplo, ressalta que a escolha da pesquisa qualitativa leva em consideração a essência desta tipologia, que é de compreender, aprofundar os fenômenos e explorá-los a partir de perspectivas e contextos relacionados.

⁵ Vale destacar os Reinos do Kongo, Monomotapa, Impérios de Shongai e Mali, entre outras sociedades.

⁶ Note-se que nesses casos foram levados, à força, africanos com capacidade de recreação, criação, produção e reprodução, ou seja, a mão de obra essencial e toda capacidade técnica e tecnológica que compreendia os 12 aos 35 anos foi levada sem possibilidade de desenvolvimento mínimo requerido para aqueles que ficaram.

⁷ Entende-se que todos são e estão na mesma dimensão de africanos, embora os africanos de lá tem com isso a dizer aos que não residem em África, e aos de cá aqueles que residem no continente.

⁸ É um dos assuntos pouco discutido, mas importa ressaltar que movimentos negros nas Américas, personalidades da arte e da cultura anticolonial e estudantes africanos e todos os intelectuais que se reviam na reivindicação necessária das soberanias africanas.